

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.786 - AL (2011/0135353-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : SINDIFISCO NACIONAL SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
AGRAVADO : UNIÃO
INTERES. : MÁRCIO ENRIQUE FROIO E OUTROS
ADVOGADO : JOÃO HUMBERTO DE FARIAS MARTORELLI E OUTRO(S) - PE007489

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno interposto por Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – Sindifisco Nacional contra decisão (e-STJ, fls. 1.765-1.768) que não conheceu do recurso especial, por deixar de indicar os dispositivos legais violados (Súmula 284 do STF).

Inconformado, o agravante alega que a decisão merece ser reconsiderada, uma vez que apontou, especificamente, os dispositivos de lei contrariados, afastando a aplicação do enunciado 284 da Súmula do STF.

Revedo as razões do especial manejado, verifico que assiste razão à parte interessada, pelo que reconsidero a decisão ora impugnada e, conseqüentemente, passo ao exame do recurso especial.

O apelo nobre foi interposto por Márcio Henrique Froio e outros, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 5ª Região que deu parcialmente provimento ao apelo da União, para que a elaboração dos cálculos considere apenas o resíduo de 2,2% sobre a RAV, referente ao reajuste de 28,86%, tendo em vista o reposicionamento estabelecido pela Lei n. 8.627/1993. O acórdão ficou ementado nestes termos (e-STJ, fls. 423-424):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. 28,86%. INCIDÊNCIA SOBRE A RAV. POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS AUMENTOS DECORRENTES DO REPOSICIONAMENTO DETERMINADO PELA LEI Nº 8.627/93.

1. Prejudicados os Agravos Retidos interpostos pelas partes, uma vez que a matéria neles versada foi absorvida pelas razões da apelação, podendo ser, portanto, apreciadas no mérito. Demais preliminares rejeitadas por ausência de plausibilidade dos fundamentos apresentados.

2. O magistrado *a quo*, ao sanear o processo, estabeleceu os critérios a serem observados pelo Vistor oficial, delineando as cautelas e os detalhes a serem seguidos na elaboração das planilhas de cálculos. Entretanto, considerou que os Auditores Fiscais posicionados no Padrão "A", Nível "III", da respectiva carreira, não obtiveram qualquer reposicionamento por força do art. 3º, da Lei nº 8.627/93, posição esta contrária a que vem sendo sufragada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça.

3. Com o advento da Lei n. 8.627/93, os auditores fiscais posicionados no

Superior Tribunal de Justiça

fim da carreira (classe "B", padrão "VI" - antiga classe "E", padrões "II" e "III"), passaram a integrar a classe "A", padrão "III".

4. A Lei n. 8.640/92, ao reestruturar a carreira da Auditoria do Tesouro Nacional, reposicionou os servidores que se encontravam no fim da carreira -classe "E", padrões "II" e "III", na classe "B", padrão "VI", deixando em aberto a classe "A" e respectivos padrões, que só veio a ser preenchida quando do reposicionamento determinado pela Lei nº 8.627/93.

5. Com a edição da Medida Provisória nº 831, de 1995, posteriormente convertida na Lei nº 9.624/98, a RAV passou a ser calculada sobre o maior vencimento básico da carreira, que, no caso dos Auditores Fiscais, era o correspondente ao Padrão A, nível Poder Judiciário TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO Gabinete do Desembargador Federal Geraldo Apoliano ES/avna/tcv APELAÇÃO CÍVEL N- 439129-AL (2004.80.00.00802 1-3)

6. Sendo devido o percentual de 28,86% sobre a RAV, tem-se que, do cálculo do referido percentual, deve ser deduzido o aumento resultante do reposicionamento estabelecido pela Lei nº 8.627/93.

7. Impossibilidade de se acolher os cálculos embasados na decisão saneadora, uma vez que neles foram aplicados integralmente o índice de 28,86%, desconsiderando-se o valor acrescido em razão dos citados "reposicionamentos" legais.

8. Os Exequentes/Embargados devem arcar com os ônus da sucumbência, eis que decaíram da maior parte do pedido, a teor do disposto no parágrafo único, do art. 21, do CPC. Honorários fixados em 1% (um por cento) sobre o valor da Execução. Agravo Retido prejudicado. Preliminares rejeitadas. Apelação dos Embargados improvida. Apelação da União provida, em parte.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, apenas para esclarecer que é possível ao Unafisco Sindical promover a execução dos honorários advocatícios da ação de conhecimento (e-STJ, fls. 470-477).

O insurgente alega, nas razões do especial, a existência de contrariedade aos arts. 47, 103, 125, I, 468, 471, 474 e 535, do Código de Processo Civil de 1973; 2º, II, 6º, da Lei n. 8.622/1993; 2º, II, 3º, III, da Lei n. 8.627/1993; 8º da Medida Provisória n. 831/1995; 11 da Lei n. 9.624/1998; e anexos I, II e VII da Lei n. 8.460/1993. Acena, ainda, com dissídio jurisprudencial entre tribunais.

Assevera que não ocorreu reestruturação da carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal com o advento da Lei n. 8.627/1993, uma vez que houve apenas progressões funcionais dos servidores para Classe/Padrão superior na Carreira de Auditor Fiscal, sendo indevida a compensação do reajuste de 28,86% sobre a RAV, tendo em vista distintas as naturezas dos reajustes que se pretende compensar.

Sustenta que o aresto combatido incorreu em violação à coisa julgada, "no sentido de que declarar que o reajuste de 28,86%, concedido pela Lei 8.627/93, incide também sobre a RAV - Retribuição adicional Variável, sem mencionar ou especificar qualquer compensação que a esse título deva ser descontado, por força de reajustes, não pode em sede de execução o juízo atribuir esse ou aquele índice como efeito de efetivar a referida declaração. Tal

desiderato, se fosse o caso, deveria ter sido objeto de embargos de declaração no processo de cognição, mas não o foi e nem pode agora sê-lo, por ser obstado pelo ditame do mencionado artigo 474 do CPC, em consonância também com o artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal" (e-STJ, fls. 492-493).

Argumenta que "o v. acórdão incidiu em erro material, na medida em que dados fáticos e oficiais sobre a situação funcional dos Auditores Fiscais da Receita Federal comprovam que, mesmo antes da Lei 8.627/1993, havia Auditores Fiscais que já ocupavam o último nível de vencimento na Tabela, ou seja, a Classe A, padrão III, não tendo obtido qualquer reposicionamento ou reajuste nos seus vencimentos, por ocasião na Lei no. 8.627/93" (e-STJ, fl. 505).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 756-767).

É o relatório.

Assiste razão à parte recorrente.

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.318.315/AL, submetido ao rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou a orientação segundo a qual o reajuste de 28,86% deve incidir integralmente sobre a Retribuição Adicional Variável - RAV após a edição da Medida Provisória n. 831/1995 e até à data da reestruturação da carreira promovida pela Medida Provisória n. 1.915/1999, não devendo, pois, sofrer compensação com o acréscimo remuneratório decorrente do reposicionamento da carreira de Auditor Fiscal determinado pela Lei n. 8.627/1993, bem como que o termo de transação extrajudicial, relativo ao reajuste de 28,86%, firmado em data anterior à edição da MP 2.169/2001, dispensa a homologação judicial.

No REsp 1.235.513/AL, julgado igualmente sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça proclamou o entendimento de que, não havendo previsão no título executivo judicial de limitação à incidência do índice de 28,86%, não é possível, na fase de execução do julgado, determinar-se a compensação desse reajuste com índices concedidos à categoria pela Lei n. 8.627/1993.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

EXECUÇÃO JUDICIAL. INCIDÊNCIA DO PERCENTUAL DE 28,86% SOBRE O PRÓ-LABORE NA CARREIRA DE PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.318.315/AL.

I - A jurisprudência do STJ, firmada quando do julgamento do REsp 1.318.315/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 30/9/2013, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, está no sentido de que o reajuste de 28,86% deve incidir integralmente sobre a Retribuição Adicional Variável - RAV, pró-labore e verbas assemelhadas, após a edição da Medida Provisória MP n. 831/1995 que depois foi convertida na Lei 9.624/98.

II - Independentemente dos reposicionamentos ocorridos pelas Leis n. 8.622/93 e 8.627/93, que determinaram o reajuste de 28,86% sobre o pró-labore e verbas assemelhadas, tendo por base o cálculo do vencimento

básico do último nível de algumas carreiras de militares e civis, a alteração que se seguiu, prevista na Medida Provisória n. 831/1995, determinou novo enquadramento na verba de pró-labore, RAV, e verbas assemelhadas, desta feita, em valor fixo, igual a oito vezes o do maior vencimento básico da respectiva tabela, incluindo-se nesse vencimento o percentual de 28,86% concedido pela Lei 8.627/1993, razão pela qual inadmissível a compensação na conta exequenda, decorrente do reposicionamento na carreira. Precedentes: REsp 1.430.591/AL, Rel. Para acórdão Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 28/6/2017 e REsp 1.510.251/AL, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 15/12/2017.

III - Embargos de divergência providos.

(EResp 1.218.273/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/4/2018, DJe 4/5/2018)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE E DA ECONOMIA PROCESSUAL. REAJUSTE DE 28,86%. INCIDÊNCIA SOBRE A RAV DE FORMA INTEGRAL. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO EXTRAJUDICIAL. RECURSO ESPECIAL 1.318.315/AL, REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA, DJe 30.9.2013. AGRAVOS REGIMENTAIS DESPROVIDOS.

1. Presentes os requisitos de admissibilidade, os Embargos de Declaração devem ser recebidos como Agravo Regimental, com base nos princípios da fungibilidade e da economia processual.

2. A Primeira Seção desta Corte no julgamento do Recurso Especial 1.318.315/AL, representativo de controvérsia, pacificou o entendimento de que o reajuste de 28,86% deve incidir integralmente sobre a Retribuição Adicional Variável - RAV após a edição da Medida Provisória 831/95 e até a data da reestruturação da carreira promovida pela Medida Provisória 1.915/99, não devendo, pois, sofrer compensação com o acréscimo remuneratório decorrente do reposicionamento da carreira de Auditor Fiscal determinado pela Lei 8.627/93, bem como que o termo de transação extrajudicial, relativo ao reajuste de 28,86%, firmado em data anterior à edição da MP 2.169/2001, dispensa a homologação judicial.

3. Não havendo previsão no título executivo judicial de limitação à incidência do índice de 28,86%, não é possível na fase de execução do julgado determinar-se a compensação desse reajuste com índices concedidos à categoria pela Lei 8.627/93 (REsp. 1.235.513/AL, representativo de controvérsia, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 20.8.2012).

4. Agravos Regimentais da UNIÃO e do SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL - UNAFISCO SINDICAL desprovidos.

(EDcl no REsp 1.408.095/AL, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/5/2014, DJe 3/6/2014)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. EXECUÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REAJUSTE DE 28, 86%. COMPENSAÇÃO DE VALORES. REPOSICIONAMENTOS PROMOVIDOS PELAS LEIS Nos 8.622/1993 E 8.627/1993. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO TRANSITADO EM JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE ALEGAÇÃO POSTERIOR EM EMBARGOS DO DEVEDOR. RESPEITO À COISA JULGADA.

1. Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto esta Corte Superior consagraram o entendimento de que o reajuste de 28,86%, instituído pelas Leis nos 8.622/1993 e 8.627/1993, por constituir revisão geral de remuneração (nos termos do art. 37, X, da Constituição Federal), estende-se aos servidores civis, bem como aos demais militares, observadas, todavia, as eventuais compensações decorrentes dos reajustes diferenciados concedidos pelos aludidos diplomas legais.

2. Entretanto, se no título judicial transitado em julgado não constou essa determinação, não cabe à Fazenda Pública postular, em momento ulterior, com os embargos do devedor, pela compensação com tais reajustes, sob pena de se ofender a coisa julgada. Isso porque, nos termos dos arts. 474 e 741, VI, do Código de Processo Civil, a compensação só pode ser alegada nos embargos à execução se impossível sua objeção anteriormente no processo de conhecimento.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.097.059/PR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 26/11/2012)

Ante o exposto, conheço do agravo para reconsiderar a decisão de fls. 1.765-1.768 (e-STJ) e, consequentemente, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, III, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, dou provimento ao recurso especial, nos termos da fundamentação, para que o reajuste de 28,86% incida integralmente sobre a Retribuição Adicional Variável - RAV após a edição da Medida Provisória 831/1995 e até a data da reestruturação da carreira promovida pela Medida Provisória n. 1.915/1999, não devendo, pois, sofrer compensação com o acréscimo remuneratório decorrente do reposicionamento da carreira de Auditor Fiscal determinado pela Lei n. 8.627/1993.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro